

*A constituição de uma literatura na Amazônia paraense durante o século XIX (1880-1900):  
uma discussão em periódicos*

Alan Victor Flor da Silva<sup>1</sup>

Quando tecemos comentários sobre a história de alguma literatura nacional, muito provavelmente não nos questionamos quanto às suas origens, às suas contradições, às suas lacunas e, sobretudo, aos seus pressupostos teórico-metodológicos. Como afirma Robert Darnton (1998, p. 9), “[a] história literária é um artifício criado ao longo de muitas gerações; apresenta-se ora reduzida, ora ampliada; puída em alguns pontos, remendada em outros; e por toda parte permeada de anacronismos”. Na contramão da perspectiva suscitada por Darnton, concebemos, muitas vezes, a história da produção literária de um determinado país como uma narrativa fechada construída segundo episódios concretos, quando, na verdade, se trata de uma construção discursiva sempre aberta realizada com base em perspectivas históricas e literárias distintas.

Desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século XXI, compêndios de história literária aos moldes tradicionais no Brasil, por exemplo, foram escritos a partir de conceitos diferentes de história e literatura, de critérios divergentes de seleção e exclusão de autores e obras, entre tantos outros aspectos. De modo geral, essas obras, em meio a diversos questionamentos, procuraram responder quando teve início a literatura brasileira. Para tanto, os autores desses livros, a partir de perspectivas teórico-metodológicas distintas, elegeram, muitas vezes, um marco temporal diferente ou, ao menos, demonstraram alguma preocupação quanto a essa questão.

Na *História da literatura brasileira*, José Veríssimo (1998, p. 43), a título de exemplo, afirmou que

AS LITERATURAS COMEÇAM sempre por um livro, que frequentemente não tem outro mérito que o da prioridade. [...] Não importa que esse livro seja uma obra-prima ou sequer estimável; basta que tenha a intenção, o feitio e o caráter da obra literária. E que se lhe possa descobrir, ou mesmo emprestar, uma representação da sociedade ou da vida que o produziu. Mas o só fato de ser o ponto de partida de uma literatura lhe marca na história dela um lugar irrecusável. Qual foi o brasileiro que, quando ainda mal se esboçava aqui uma sociedade, escreveu e publicou uma obra literária?

Veríssimo procurou estabelecer um marco temporal para instituir o início da literatura brasileira e atribuiu esse mérito a *Prosopopeia*, de Bento Teixeira, obra de caráter épico lançada

---

<sup>1</sup> Doutor em Letras (UFPA).

em 1601 que “[n]ão tem mérito algum de inspiração, poesia ou forma” (VERÍSSIMO, 1998, p. 44) e cuja única relevância se manifesta em razão da “importância cronológica de primeira produção literária publicada de um brasileiro” (VERÍSSIMO, 1998, p. 44).

Na *Formação da literatura brasileira*, Antonio Candido (2007, p. 27), por sua vez, a partir de pressupostos teórico-metodológicos diferentes de José Veríssimo, instituiu outro marco temporal para o começo da literatura no Brasil. Segundo o autor, “[j]á que é preciso um começo, tomei como ponto de partida as Academias dos Seletos e dos Renascidos e os primeiros trabalhos de Cláudio Manuel da Costa, arredondando, para facilitar, a data de 1750, na verdade puramente convencional”. Dessa maneira, a literatura brasileira, conforme Veríssimo, teve início nos primeiros anos do Seiscentos e, segundo Candido, em meados do Setecentos. Tal fato demonstra que ambos tiveram a intenção de contar a mesma história, mas, em razão das diferenças entre as perspectivas de estudo adotadas, cada um – podemos afirmar – acabou por apresentar uma versão diferente de uma mesma história.

Nesse sentido, como podemos perceber a partir de José Veríssimo e Antonio Candido, a busca por uma origem sempre foi uma questão que atravessou quem se dedicou ao estudo da história da literatura brasileira. Além disso, a delimitação de um marco temporal de início não se restringe a um episódio concreto que pode ser facilmente identificado, pois depende da perspectiva teórico-metodológica adotada pelo historiador, a qual influencia, portanto, na construção da narrativa histórica.

A literatura brasileira começou a ser discutida a partir do início do século XIX pelo olhar estrangeiro, a exemplo do alemão Friedrich Bouterwek (1766-1828), o suíço Simonde de Sismondi (1773-1842), o francês Ferdinand Denis (1798-1890) e o português Almeida Garrett (1799-1854), que escreveram, respectivamente, *Geschichte der Portugiesischen Poesie und Beredsamkeit* (1805); *De la littérature du Midi de l'Europe* (1813); *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil* (1826) e *Parnaso lusitano ou poesias seletas dos autores portugueses antigos e modernos, ilustradas com notas* (1826). Bem mais tarde, o austríaco Ferdinand Wolf (1796-1866) publicou *Le Brésil littéraire: histoire de la littérature brésilienne* (1863), que permaneceu por décadas como o “único em seu gênero” a oferecer “um quadro mais ou menos inteiro de nossa literatura, quadro pálido e incorreto, é certo, mas que se impõe, por estar no singular” (ROMERO, 1980, p. 51).

Porém, Sílvio Romero (1851-1914), em 1888, tornou-se o primeiro brasileiro a lançar um compêndio de história da literatura brasileira aos moldes mais tradicionais, seguido por José Veríssimo (1857-1916), Ronald de Carvalho (1893-1935), Nelson Werneck Sodré (1911-1999), Antonio Soares Amora (1917-1999), Alfredo Bosi (1936-2021), José Guilherme Merquior

(1941-1991), Massaud Moisés (1928-2018), José Aderaldo Castello (1921-2011) e Carlos Nejar (1939-). Desde, então, o início do século XIX até o início do século XX, a história da literatura brasileira vem sendo narrada e discutida a partir de perspectivas diversas, assim como também os livros que se propuseram a narrá-la vêm há décadas sendo alvo de críticas.

A partir do início do século XX, foi percebido que as histórias literárias tradicionais privilegiavam alguns autores em detrimento de outros, principalmente quando se considera a formação do cânone a partir dos aspectos históricos e geográficos do território brasileiro. Surgiu, então, a partir do início do século XX, a necessidade de complementação das histórias literárias tradicionais de cunho nacional, por meio das histórias literárias estaduais e também das antologias literárias.<sup>2</sup>

Na *Antologia amazônica: poetas paraenses* (1904), por exemplo, José Eustáquio de Azevedo afirmou na introdução que o motivo que o levou a escrever tal obra foi a percepção de que os autores paraenses eram “desconhecidos na capital do país”. Em meio aos escritores nascidos na província do Pará que obtiveram reconhecimento fora, o antologista comenta que José Veríssimo e Inglês de Sousa foram os únicos que conseguiram tal feito, pois saíram da terra natal e foram para o Rio de Janeiro em busca de melhores oportunidades. Por essa razão, Azevedo idealizou a *Antologia amazônica*: “[a] literatura brasileira está no Rio de Janeiro, eis tudo. Pois bem, tratemos de nós, mostremos que nesta nesga da pátria onde o Equador escalda e o Amazonas rebrame, há uma plêiade de poetas, distintos e inspirados, digna de acatamento e veneração” (AZEVEDO, 1970, p. 13).

Além da antologia de poetas paraenses, José Eustáquio de Azevedo escreveu a *Literatura paraense* (1922), uma história literária que se propunha a narrar a história da produção literária no estado do Pará. Trata-se também de um dos poucos trabalhos do gênero a dedicar-se às letras na Amazônia, ao contrário de outras regiões do território nacional. Nessa obra, Eustáquio de Azevedo afirmou que a literatura paraense teve início na virada do século

---

<sup>2</sup> A partir da pesquisa que estamos realizando e que ainda se encontra portanto em andamento, foram localizadas muitas obras que se propuseram a narrar a história da produção literária de um estado brasileiro em específico. A esses títulos atribuímos o nome genérico de *histórias literárias estaduais*. Nos paratextos dessas obras, notamos, em geral, algum determinado ressentimento dos autores ou organizadores, pois a produção literária dos estados a que esses estudiosos se interessaram em estudar (quase) não obteve alcance nacional, está em grande parte à margem do cânone da literatura brasileira e consequentemente das histórias literárias nacionais, assim como muitos autores e obras pertencentes de alguma forma a um algum estado do território brasileiro em especial estão caindo ou já caíram em esquecimento. De modo geral, essas obras foram idealizadas com o intuito de proporcionar visibilidade à literatura dos estados brasileiros, principalmente daqueles geograficamente mais afastados dos grandes centros culturais do país. Entre alguns títulos apenas a nos servir de exemplo, mencionamos: *História da literatura sergipana*, de Jackson da Silva Lima (primeiro volume publicado em 1971 e o segundo em 1986); *História da literatura baiana* (1949), de Pedro Calmon; *Historia crítica da literatura paraibana* (1983), de Gemy Candido; *História da literatura cearense* (1962), de Dolor Uchoa Barreira; *Pequena História da Literatura Goiana* (1983), de Alaor Barbosa.

XVIII para o século XIX com os poetas Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1769-1811), Dom Romualdo Antônio de Seixas (1787-1860) e Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente (1794-1865), com os quais “desapareceu a tradição clássica no Pará, vencida mais tarde pelo romantismo” (AZEVEDO, 1990, p. 23). Para publicar essa história literária, o autor considerou que havia no estado em que nasceu uma produção literária à qual foi atribuído o predicado de “paraense”. O que seria, então, uma literatura paraense? Quando essa expressão começou a ser empregada?

No número da *Revista Sentidos da Cultura* de 2014, Márcio Souza, prestigiado romancista amazonense publicado pela editora Record, teceu considerações sobre a literatura amazônica. Para o escritor, “[u]ma literatura amazônica parece ser algo tão improvável quanto uma literatura regionalista” (SOUZA, 2014, p. 26). Márcio Souza emitiu tal afirmação, pois não aceita ser inserido como autor pertencente a uma literatura regional, visto que, segundo o próprio romancista, “os parâmetros de recepção de nossas obras não são de excelência literária, mas fruto da condescendência porque somos pobres e moramos longe” (SOUZA, 2014, p. 26). Por essa razão, Márcio Souza prefere ser considerado “autor inscrito na grande vertente da literatura brasileira, braço possante da cultura de língua portuguesa, essa por si uma rica floração da cultura latina” (SOUZA, 2014, p. 26-27).

Nesse mesmo artigo, o romancista ainda afirma o seguinte: “Não sei quem inventou a expressão literatura amazônica, mas ela tem inegavelmente uma conotação restritiva, uma roupagem ideológica que mais parece uma desculpa por antecipação” (SOUZA, 2014, p. 26). A invenção de tal expressão, de fato, é uma pergunta difícil de responder, mas, a partir da pesquisa em periódicos belenenses oitocentistas, é possível não apenas situarmos quando a expressão “literatura amazônica” e outras mais ou menos semelhantes passaram a ser empregadas, como também podemos traçar o contexto histórico em que esses termos foram inseridos.

Durante a pesquisa que realizamos na imprensa belenense oitocentista, verificamos, a partir da penúltima década do século XIX, um número significativo de publicações periódicas assinadas por escritores e jornalistas radicados na Belém do século XIX que tinham como propósito principal ou secundário promover uma discussão – apresentando perspectivas ora semelhantes, ora diferentes – acerca da situação da produção literária na província do Pará ou, de maneira mais abrangente, na região amazônica. Essas publicações, de modo geral, discorriam sobre a precariedade ou a superioridade das letras no Pará ou na Amazônia, sobre a (in)existência de uma literatura paraense ou amazônica ou sobre a pouca visibilidade que essa produção literária desfrutava em nível nacional.

Com base ainda na pesquisa realizada em jornais que circularam por Belém no final do século XIX, localizamos também diversas maneiras de escritores e jornalistas na imprensa belenense oitocentista referirem-se a uma produção literária na província do Pará ou na região amazônica: “literatura amazônica”, “literatura paraense”, “literatura do norte”, “as letras amazônicas”, “as letras nesta terra”, “as nossas letras”, entre outras. Convém ainda frisarmos que encontramos uma publicação específica em que o autor, num determinado momento, utiliza a expressão “literatura paraense” e, em outro, o termo “literatura amazônica”.

Em razão do limite de páginas estipuladas para este trabalho, selecionamos apenas cinco publicações periódicas do *Diário de Belém*, *A República* e *Folha do Norte* que discorressem sobre a produção literária na província do Pará ou na região da Amazônia.<sup>3</sup> Apresentá-las-emos a seguir em ordem cronológica.

No *Diário de Belém*, por exemplo, teve início em 1884 uma série de crônicas escritas sob a responsabilidade de Paulo Puhan e René Moustache, agrupadas sob a denominação de “A comédia paraense: crítica de costumes” e divulgadas na coluna *Folhetim*.<sup>4</sup> No dia 4 de maio de 1884, a crônica do dia foi assinada exclusivamente por René Moustache e recebeu o título de “As letras nesta terra”. Nessa pequena crônica, o colunista afirmou que no Pará da penúltima década do século XIX havia, com efeito, um número diminuto de pessoas que, embora não estivessem publicando todos os dias os seus escritos, estavam cultivando as “letras paraenses” com assiduidade, dedicação e talento. Moustache, no entanto, lamentou-se pelo fato de que não havia, além desse pequeno grupo que se mostrava sempre preocupado em apresentar algumas produções de valor, ninguém mais que merecesse atenção no estreito campo das “letras paraenses”. Segundo o cronista, essa triste situação da literatura cultivada no Pará foi ocasionada pelos “pseudoliteratos”.

---

<sup>3</sup> O *Diário de Belém* saiu à luz em 3 de agosto de 1868 e manteve-se em circulação na capital paraense por mais de vinte anos. Logo nos primeiros anos, esse jornal foi intitulado uma “folha política, noticiosa e comercial” e, a partir de 1873, quando se tornou órgão especial do comércio, tornou-se uma “folha política, noticiosa e literária”. Provavelmente a partir de 1879, essa designação também desapareceu e o periódico passou a ser denominado apenas como “órgão especial do comércio”. *A República*, por sua vez, foi um periódico que começou a circular em Belém a partir do início de setembro de 1886. Desde quando surgiu como Órgão do Clube Republicano, apresentava abertamente convicções políticas, como podemos perceber não apenas por meio do título do jornal, excepcional e polêmico para a época, como também por meio de uma declaração estampada no início da primeira coluna da segunda página de todos os números desse periódico: “[e]sta folha tem por missão principal: discutir e sustentar a legitimidade e oportunidade do sistema republicano federativo no Brasil: pugna dentro da legalidade monárquica, por todas as reformas que facilitem o advento da democracia”. *Folha do Norte*, por fim, começou a circular em Belém em 1º de janeiro de 1896 e fechou as portas apenas no ano de 1974. Tinha como objetivo divulgar notícias políticas e acontecimentos significativos à sociedade, mas dedicou-se também à publicação de romances-folhetins e de outros gêneros literários.

<sup>4</sup> Segundo José Eustáquio de Azevedo (1970), Paulo Puhan e René Moustache foram pseudônimos utilizados por Múcio Javrot, pseudônimo do escritor e jornalista nascido em Macapá, porém radicado em Belém, e “outro escritor nosso”.

Para Moustache, esses pseudoliteratos eram (1) aqueles que se manifestaram ao público nas colunas *Variedades* ou *A pedidos* de qualquer jornal por meio de acrósticos enigmáticos ou de quadras “gotosas onde o sentimento e a expressão tom[aram] por caminhos diversos, igualmente desnorteados”; (2) aqueles que apenas escreveram para jornais especiais cujas edições apresentavam “os escritos pífios e os pedacinhos mais asnáticos”; (3) aqueles que somente aparecem em ocasiões especiais, a exemplo de festas solenes, onde recitavam estrofes “toscas, desabrigadas, sem ideias que prestem, com uma sintaxe por lapidar e uma versejação desregrada e intolerável”. Para Moustache, esses pseudoliteratos, em particular, receberam aplausos mais pela performance durante o recital do que necessariamente pela qualidade dos versos; (4) aqueles que costumavam recitar às atrizes dramáticas ou às prima-donas líricas “poesias cheias de paixão, de uma *nobre paixão pela arte*, tanto mais viva quanto mais graciosa é a paciente desse entusiasmo”. De acordo ainda com o cronista, essas poesias “não vêm de ordinário à luz da imprensa, mas passam num buquê para as mãos da atriz com esperança de uma página de álbum”.

É possível percebermos, então, que René Moustache não chegou a afirmar que não havia uma literatura produzida no Pará, mas é evidente que o cronista do *Diário de Belém* considerou a produção literária desenvolvida na província não apenas embrionária, como também deficiente. Esse posicionamento do cronista reside na ideia de que a literatura se constitui a partir de um conjunto de escritores empenhados em oferecer trabalhos de indiscutível qualidade aos leitores. Como acreditava que havia um número irrisório de homens de letras interessados em desempenhar decentemente o seu papel, René Moustache anunciou para os leitores do *Diário de Belém* que a literatura desenvolvida no Pará era ainda incipiente e exígua.

Ao contrário de René Moustache, Paulino de Brito não se ateve a essa discussão sobre a precariedade das letras na região amazônica, mas chegou a divulgar, quase dois anos depois no mesmo jornal, uma insatisfação com a propagação da literatura desenvolvida na Amazônia pelo restante do Brasil. Numa crítica publicada em 28 de fevereiro de 1886 na coluna *Folhetim* do *Diário de Belém* intitulada “O padre José Joaquim Corrêa de Almeida”, Paulino de Brito assegurou que na Amazônia se acompanhava com vivo interesse o que era produzido no terreno da literatura em todo o império brasileiro, ao passo que no restante do país, sobretudo no sul, ignorava-se o que era produzido na região amazônica.<sup>5</sup> Nessa crítica, Paulino de Brito, por exemplo, ressentiu-se pelo total desconhecimento em nível nacional de escritores conterrâneos,

---

<sup>5</sup> Convém enfatizarmos que o objetivo da crítica de Paulino de Brito, como sugere o título, não era discorrer sobre a penetração da produção literária realizada na Amazônia, mas sim avaliar a produção poética do padre José Joaquim Corrêa de Almeida.

como Santa Helena Magno – “o cantor lamartineano, o poeta virtuoso cuja lira de ouro, imaculada e santa, afeiçoara-se a vibrar somente as cordas dos mais nobres e delicados sentimentos” – e Teodorico Magno – “essa esperança hoje desvanecida, esse menino genial que há seis meses desapareceu, depois de ter passado como um meteoro, deixando após si um deslumbramento”.

De maneira um pouco complementar ao propósito de Paulino de Brito, Guilherme de Miranda também defendeu que havia na província do Pará escritores tão habilidosos quanto na Corte. No dia 18 de novembro de 1888, foi publicado no *Diário de Belém* um ensaio crítico do escritor paraense sobre o recente lançamento das *Primeiras rimas*, uma coleção de poesias de João de Deus do Rêgo. Nessa crítica, Guilherme de Miranda desviou-se do assunto principal por meio de uma longa digressão e ateve-se ao estabelecimento de uma defesa contra um julgamento negativo a respeito de um certo atraso no cultivo das letras na província do Pará. Vejamos: “E venham os despeitados [os nossos *senhores* da Corte] dizer que o Pará não tem um talento propriamente seu e que vivemos num completo atraso de civilização no meio do esquecimento de uns e do indiferentismo de outros”. Para colocar a literatura produzida tanto na província quanto na Corte em patamar de igualdade, Guilherme de Miranda preocupou-se em promover uma comparação entre alguns escritores conterrâneos e determinados escritores brasileiros conhecidos na época provenientes de outros lugares do país. Observemos:

Mas, desgraça, não sabem esses homens que vivemos em perfeita harmonia e que na literatura ainda temos homens que sabem ilustrar as letras; não sabem que para um Augusto de Lima temos um Frederico Rhossard, para um Raimundo Corrêa um João do Rêgo, finalmente, temos para um Júlio Ribeiro um Marques de Carvalho! [...] Somos atrasados, porém onde está o nosso atraso?

É possível percebermos que, a partir da comparação entre escritores, Guilherme de Miranda pretendeu demonstrar que a literatura desenvolvida na província do Pará não era inferior e estava no mesmo nível da literatura produzida na Corte, assim como os escritores conterrâneos não eram menos talentosos e estavam no mesmo patamar dos escritores brasileiros oriundos de outras partes do Brasil, cuja popularidade devia repercutir na província em questão. É válido colocarmos em relevo que Guilherme de Miranda esforçou-se para romper com a ideia de atraso no cultivo das letras nessa parte da região amazônica, pois acreditava plenamente que “a literatura do norte é irrefutavelmente a melhor do Brasil; e quando avançamos semelhante proposição baseamo-nos em fatos que devem estar na consciência de todos”.

As discussões sobre a (in)existência, a pujança ou a precariedade da literatura produzida na região, em contrapartida, continuaram durante a última década do século XIX. NA

*República*, por exemplo, foi publicada em 30 de novembro de 1892 uma crônica assinada sob o pseudônimo de Pati Forio intitulada “Etc. e tal pontinhos”. Nessa publicação, o jornalista afirmou que “ainda há linguarudos que berram por aí que a literatura paraense não passa de um mito, que isto, que aquilo, etc. e tal. Mas é uma calúnia porca: a nossa literatura estadual é uma feijoada, tem de tudo”. Após esse comentário, o colaborador de *A República* enumerou alguns nomes que formam, a seu gosto, a literatura paraense, a exemplo de Frederico Rhossard, Paulo Maranhão, Guilherme Miranda, Eustáquio de Azevedo, Paulino de Brito, Bertino Miranda, Acrísio Mota, Juvenal Tavares, Heliodoro de Brito e Manoel Valente do Couto. Desse modo, percebemos que Pati Forio procurou formar um conjunto de autores representativos de uma literatura paraense. Depois de apresentar todos esses escritores, o cronista encerrou a crônica com as seguintes palavras: “Mirem-se nesse espelho, que aí fica; e se forem capazes tornem a dizer que não temos literatura. Eu sempre quero ver até onde chega o atrevimento de vocês, seus pulhas”.

No dia 24 de março de 1896, por sua vez, foram lançadas na *Folha do Norte* as “Cartas literárias”, assinadas pelas iniciais A. P. Nessa publicação, o autor afirmou que “o Pará é quase nulo no movimento literário do Brasil, conhecendo-se, lá fora, dois ou três vultos literários”. Para justificar essa situação, o missivista atribuiu a essa precariedade algumas razões: (1) a pouca importância destinada à literatura na imprensa paraense: “Jornais há que publicam trabalhos literários mensalmente ou de quinzena em quinzena. Para aparecerem versos, contos, crítica, é necessário não haver absolutamente matéria comercial ou artigos para os solicitados”; (2) a falta de remuneração: “a imprensa publica versos por especial obséquio, depois de pedidos a uns e outros. Não se paga a ninguém para escrever literatura, dispensando-se enorme obséquio em publicá-la”; (3) a ausência de editoras no estado: “Há também entre os moços de letras queixa justificada: a falta de editor. O Pará possui tudo na arte tipográfica: livrarias, tipografias, encadernações [...] e não tem absolutamente um editor! Esse ente extraordinário [...] ainda não apareceu na nossa rica Belém”; (4) a condição financeira dos escritores: “ou o escritor não publica o livro, ou quando dá para essa doidice é à sua custa, com o rico dinheirinho do seu bolso. E como a maioria dos nossos literatos são funcionários públicos, miseravelmente pagos por sinal [...] a consequência lógica é não se publicarem os tais livros ou conservar uma dívida pavorosa e eterna”; (5) poucas sociedades e nenhum jornal voltados para as letras: “Sociedades de letras temos duas: Mina Literária e Centro Literário Amazônico. Duas, – podia ser uma. [...] Jornais de letras, periódicos, revistas – nenhum. Já é digno de ficar registrado esse resultado animador numa terra que tem duas sociedades literárias”.

Segundo Marie-Ève Thérienty (2007), o jornal constitui também um negócio coletivo onde se experimenta a criação do sentido pela fusão de vozes plurais e às vezes dissonantes. Assim, o jornal projeta um lugar autêntico da polifonia e constitui o ponto de ancoragem de uma forma de sociabilidade devido ao modo de operação e redação desse suporte. Assim como Marie-Ève Thérienty, Socorro de Fátima Pacífico Barbosa (2007) afirma que o jornal pode ser concebido como um espaço de diálogo, debates, polêmicas e fofocas, assim como também o lugar, por excelência, da multiplicidade discursiva, onde ecoam, ainda que de maneira incipiente, as vozes dos mais variados segmentos da sociedade.

Nesse sentido, discussões sobre uma literatura amazônica (paraense), a partir justamente de perspectivas múltiplas e às vezes discordantes, surgiram na imprensa periódica da capital da província do Pará nas duas últimas décadas do século XIX, visto que foi justamente nessa época que começou a aparecer na Belém oitocentista, segundo Márcio Souza (2014, p. 29), “uma série de escritores em ação”, os quais se aproveitaram das páginas dos periódicos para a divulgação de poemas, contos e romances, particularmente do espaço do rodapé; recorreram a diversas estratégias para a publicação de obras impressas, a exemplo do regime de subscrição; vincularam-se a algumas agremiações literárias, como a Mina Literária e a Academia Paraense de Letras; lançaram periódicos com o intuito primordial de divulgar produções poéticas e ficcionais de homens de letras radicados na Amazônia paraense, como a *Arena*; envolveram-se em diversas querelas literárias, entre as quais destacamos o vínculo aos estilos de época, como o Romantismo e o Naturalismo; eram obrigados a concorrer com os trabalhos literários divulgados tanto em livros quanto em periódicos de autores europeus famosos no século XIX, principalmente os franceses; defenderam a existência de uma literatura na província do Pará ou, de modo mais abrangente, na região amazônica (SILVA, 2018).

Esses escritores, mais do que promoverem uma discussão em torno do estatuto da literatura na Amazônia (paraense), demonstraram que ainda não havia desde então na capital paraense da época uma ideia consolidada acerca de uma literatura na região – até mesmo porque os primeiros escritores amazônicos conscientes do seu papel social começaram a surgir e a se manifestar, com efeito, a respeito dessa questão apenas a partir de 1880. Sem esse movimento impulsionado por um grupo de escritores que fixaram residência na capital paraense, não haveria como, de fato, instaurar nas páginas da imprensa belenense oitocentista qualquer debate em torno de uma produção literária nessa parte do território brasileiro – nem contra, nem muito menos a favor.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, José Eustáquio de. **Antologia Amazônica**: poetas paraenses. 3. ed. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

\_\_\_\_\_. **Literatura paraense**. 3. ed. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e literatura**: a imprensa periódica no século XIX. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos (1750-1880). 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

DARNTON, Robert. **Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980, v. 1.

SILVA, Alan Victor Flor da. **Vida literária na Belém oitocentista**: a contribuição do *Diário de Belém* para o desenvolvimento das Letras na capital paraense (1882-1889). 2018. 306 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém, 2018.

SOUZA, Márcio. Literatura na Amazônia ou literatura amazônica? **Sentidos da Cultura**, Belém, n. 1, v. 1, p. 25-30, jul./dez. 2014.

THÉRENTY, Marie-Ève. La matrice médiatique. In : \_\_\_\_\_. **La littérature au quotidien: poétiques journalistiques au XIXe siècle**. Paris: Éditions du Seuil, 2007.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 2. ed. São Paulo: Letras & Letras, 1998.

### Publicações periódicas

A. P. Cartas literárias. **Folha do Norte**, Belém, 24 mar. 1896, p. 1.

BRITO, Paulino de. O padre José Joaquim Corrêa de Almeida. **Diário de Belém**, 28 fev. 1886, Folhetim, p. 2.

FORIO, Pati. Etc. e tal pontinhos. **A República**, Belém, 30 nov. 1892, p. 2.

MIRANDA, Guilherme de. Primeiras rimas: coleção de versos de João de Deus do Rêgo. **Diário de Belém**, Belém, 18 nov. 1888, Letras, p. 2.

MOUSTACHE, René. A comédia paraense: crítica de costumes: As letras nesta terra. **Diário de Belém**, Belém, 4 maio 1884, Folhetim, p. 2.